



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPOA**

RELATÓRIO DO GESTOR

EXERCÍCIO DE 2005

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Nome/Unidade Gestora: 203001/20402 - AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB

Número do CNPJ: 86.900.545/0001-70

Natureza Jurídica: Autarquia, Administração Indireta.

Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT.

Amparo Legal:

Lei nº 8.854, de 10.02.1994;

Decreto nº 4.566, de 01.01.2003;

Decreto nº 4.718, de 04.06.2003.

Endereço: Setor Policial SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco A - CEP 70610-200 – Brasília – DF

Endereço na Internet: <http://www.aeb.gov.br/>

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

I – órgãos de deliberação superior:

- a) Presidência; e
- b) Conselho Superior.

II – órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria Federal; e
- c) Assessoria de Cooperação Internacional.

III – órgãos seccionais:

- a) Auditoria Interna; e
- b) Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.

IV – órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos;
- b) Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento; e
- c) Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento.

Nos termos da Lei nº 8.854/94, o Conselho da AEB denomina-se CONSELHO SUPERIOR. Por essa razão, no Rol dos Responsáveis programado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, onde se lê: CONSELHO DELIBERATIVO leia-se CONSELHO SUPERIOR.

APRESENTAÇÃO



A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, criada em 10 de fevereiro de 1994, pela Lei nº 8.854, tem como função formular e coordenar a execução do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, cujo objetivo é capacitar o país a desenvolver e a utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

Compete ainda a AEB, o papel de coordenadora central do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais – SINDAE, o qual é integrado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento – DEPED, do Comando da Aeronáutica, pela indústria aeroespacial e pelas universidades brasileiras.

2 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração é um órgão seccional da estrutura básica da Agência Espacial Brasileira – AEB, cuja competência é coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa – SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, de Serviços Gerais – SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal.

2.1 – ORÇAMENTO

O orçamento inicial da AEB para o exercício de 2005 foi de R\$ 225.461.278,00. Com as suplementações/anulações o valor acima foi reduzido para R\$ 206.805.295,00, conforme demonstrado abaixo e o constante dos **Anexos I e II**:

Inicial + Anulações/Suplementações	R\$ 206.805.295,00
• Pessoal	R\$ 2.618.504,00
• Custeio	R\$ 144.884.291,00
• Capital	R\$ 59.302.500,00

Seguindo a orientação dos diplomas legais que disciplinam a programação orçamentária e financeira dos órgãos que compõem o Poder Executivo, o MCT disponibilizou o limite para empenho e movimentação, exclusive pessoal, nos seguintes valores:

Limite para empenho	R\$ 211.956.000,00
• Atividades	R\$ 141.684.000,00
• Projetos/atividades	R\$ 59.372.000,00
• CC*	R\$ 10.900.000,00

Do valor disponibilizado para empenho e movimentação concedido pelo MCT, foi empenhado e descentralizado o total de R\$ 203.861.898,02, exclusive pessoal, conforme segue:

Liquidado na AEB	R\$ 44.967.658,24
• Custeio	R\$ 25.271.040,58
• Capital	R\$ 8.849.881,06
• CC*	R\$ 10.846.736,60

- Refere-se à liberação do limite do crédito suplementar aprovado em 23 de dezembro de 2005.

Crédito Descentralizado*

- Custeio
- Capital

R\$ 158.894.239,78

R\$ 108.651.501,99

R\$ 50.242.737,79



*orçamento descentralizado conforme Nota CONED Nº 301/2005/STN para o CLA, CLBI e CTA/DEPED/COMAer/MD e INPE, executores do SINDAE.

O orçamento executado no montante de R\$ 205.767.327,26*, inclusive pessoal, ou seja, 99,51%, foi liquidado conforme segue:

Crédito liquidado na AEB

- Pessoal
- Custeio
- Capital

R\$ 47.512.842,34

R\$ 2.545.184,10

R\$ 36.117.777,18

R\$ 8.849.881,06

Crédito descentralizado p/ outros órgãos**

- Custeio
- Capital

R\$ 158.254.484,92

R\$ 108.109.604,20

R\$ 50.144.880,72

*a diferença do valor empenhado constante do Anexo II, refere-se ao recolhimento da GRU de pessoal no valor de R\$ 26.595,80, conforme conta contábil 512170105 – Patronal – Civil Ativo.

**orçamento descentralizado conforme Nota CONED Nº 301/2005/STN para o CLA, CLBI e CTA/DEPED/COMAer/MD e INPE, executores do SINDAE.

Amparo legal:

- Lei nº 10.934, de 11.08.2004 – LDO;
- Lei nº 11.100, de 25.01.2005 – Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Lei nº 11.249, de 23.12.2005 – Crédito Suplementar;
- Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 – LRF.
- Decreto nº 5.379, DE 25.02.2005 – Decreto de Execução do orçamento;
- Decreto de 03.11.2005, publicado no DOU de 04.11.2005 – Crédito Suplementar; e
- IN/STN/MF nº 01, de 15.01.97.

2.2 – FINANCEIRO

A AEB contou, no exercício, com os recursos financeiros abaixo discriminados:

Recebido MCT

- Pessoal
- Custeio/Capital
- Restos a Pagar
- GPS – pessoal
- DARF – pessoal
- GRU

R\$ 162.296.551,35

R\$ 2.159.689,50

R\$ 142.103.860,79

R\$ 17.614.510,61

R\$ 263.099,70

R\$ 108.023,11

R\$ 47.367,64

Executado/Empenhado

- Pessoal
- Custeio/Capital
- Restos a Pagar

R\$ 47.944.724,92

R\$ 2.545.184,10

R\$ 44.967.658,24

R\$ 431.882,58

Financeiro repassado

- CTA
- CLA
- CLBI
- INPE
- Restos a Pagar (diversos órgãos)

R\$ 113.847.247,22

R\$ 11.930.001,00

R\$ 14.102.436,52

R\$ 3.392.547,84

R\$ 68.067.729,13

R\$ 16.354.532,73

Amparo legal:

- Decreto nº 5.379, de 25.02.2005 – Decreto de execução do orçamento;
- IN/STN/MF nº 01, de 15.01.97;e
- Nota CONED nº 301/2005/STN.

**2.3 – DESCENTRALIZAÇÃO/CONVÊNIOS CELEBRADOS/ADITADOS**

Descentralizado/Liquidado*	R\$ 158.894.239,78
• CLA	R\$ 18.102.436,52
• CTA	R\$ 25.909.266,22
• CLBI	R\$ 3.392.547,84
• INPE	R\$ 101.489.989,20
• CGOF/MCT	R\$ 10.000.000,00
Convênios celebrados/aditados	R\$ 9.821.602,11
• CIEE	R\$ 69.812,11
• FUNCATE	R\$ 2.101.790,00
• FINEP	R\$ 7.650.000,00

Amparo legal:

- Decreto nº 5.379, de 25.02.2005 – Decreto de execução do orçamento;
- IN/STN/MF nº 01, de 15.01.97;e
- *Nota CONED nº 301/2005/STN.

2.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS

O setor responsável pela prestação de contas de convênios cumpre as normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 01, de 15.01.97, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF que disciplinam a celebração e o acompanhamento da execução dos convênios de natureza financeira realizados entre os diversos órgãos da administração pública e, também, com entidades privadas que desenvolvam projetos de pesquisa na área de atuação da concedente.

No exercício de 2005 foram analisadas, aprovadas e homologadas as prestações de contas parciais/finais de diversos convênios firmados com os órgãos executores do SINDAE, bem como com outras entidades que receberam recursos para desenvolver pesquisas voltadas para a área espacial.

No pertinente ao Convênio nº SIAFI 510752, firmado com o Instituto do Homem, a AEB recebeu a Prestação de Contas respectiva, a qual se encontra sob análise, fato que evitou a Instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos do artigo 38, da IN/STN nº 01/97, noticiada por meio do Ofício nº 379/PRE, de 21/11/2005.

O quadro analítico constante dos **Anexos III e IV** demonstra de maneira insofismável o controle exercido, no âmbito da AEB, no que concerne às transferências de recursos:

2.5 COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

No exercício de 2005 a Divisão de Planejamento da AEB, no cumprindo da sua missão institucional, desenvolveu as atividades a seguir relatadas:

- Cadastramento de programas e ações, para elaboração da proposta orçamentária de 2006, no SIDORNET (versão SIDOR via Internet);

- Inserção da proposta orçamentária no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR, de créditos suplementares e anulação de créditos contingenciados;
- Acompanhamento da despesa com pessoal e inserção de dados no Subsistema de Pessoal – SIPES do Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR, com projeção dos dados para avaliação acerca da necessidade de crédito suplementar no exercício de 2005 e também com vistas a subsidiar a proposta orçamentária do exercício subsequente;
- Acompanhamento da disponibilidade orçamentária junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, relativa às ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), constantes do orçamento;
- Manutenção das informações, junto ao SigMCT, da execução física das ações inerentes a DPOA e sob a sua coordenação;
- Elaboração de planilhas para controle do Orçamento da AEB: descentralizações e disponibilidades;
- Solicitação de créditos suplementares e alteração de modalidade de aplicação para melhor adequação às necessidades da unidade;
- Emissão de Notas de Dotação (ND) no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) – efetuar o bloqueio dos créditos para posterior cancelamento e suplementação;
- Elaboração de Notas Técnicas dando todo o suporte técnico para instrução dos processos dos Convênios (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Decretos estabelecendo limites para execução);
- Subsídio na elaboração dos Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDC);
- Interação com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA do Ministério da Ciência e Tecnologia, nos assuntos inerentes a planejamento e orçamento.



2.6 - DIVISÃO DE INFORMÁTICA

Missão Institucional:

Prover infra-estrutura na área de Informática (hardware, software, suporte, rede local, intranet, treinamento e Internet), visando auxiliar aos usuários internos nas suas atividades e aos usuários externos através das informações disponibilizadas pela página da AEB na Internet.

Atividades Executadas em 2005:

- Gerenciamento e manutenção da rede local;
- Gerenciamento e manutenção da Internet;
- Gerenciamento e manutenção do website da AEB;
- Melhoria dos sistemas de segurança da rede local;
- Desenvolvimento e implantação da nova página da AEB na Internet, desenvolvida totalmente em software livre;
- Avanço na migração da plataforma Microsoft para a plataforma UNIX/LINUX nos servidores de rede;
- Consolidação da implantação do software livre (aplicativos OpenOffice) na AEB;
- Início da implantação do sistema operacional LINUX na AEB (implantação no núcleo de Informática);
- Capacitação do quadro técnico da área de Informática em FreeBSD, VoIP e Processos;

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

- Elaboração de estudos para a aquisição de novas ferramentas de informática (hardware e software) e de contratação de mão-de-obra especializada;
- Modernização dos servidores da rede, com a compra de novos servidores;
- Instalação de No-Break, que atende toda a Agência;
- Gerenciamento e execução da manutenção de equipamentos de informática (preventiva e corretiva);
- Realização de treinamento de funcionários.



2.7 – COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Com sua competência voltada para a realização das atividades inerentes ao Sistema de Serviços Gerais – SISG, no exercício de 2005 a Coordenação registrou o que se segue:

Atividades	Objetivo	Meta Atingida	Observação
Modernização dos elevadores	Dar maior segurança aos usuários e reduzir o consumo de energia.	Sim	
Reformas dos banheiros	Preservação do patrimônio público e proporcionar melhores condições de uso e de higiene aos usuários.	Sim	
Instalação de hidrômetro Interno (medidor de consumo de Água)	Aferir o consumo de água, evitando desperdício por vazamento e atuando preventivamente no controle.	Sim	
Instalação interna de Medidor de Energia	Aferir o consumo de energia, evitando desperdício e atuando preventivamente no controle.	Sim	
Implantação de Sistema de Vigilância Eletrônica.	Melhor controle e monitoramento da movimentação de bens e pessoas, dando maior segurança.	Sim	
Aquisição de Estações de Trabalho	Proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores.	Sim	
Aquisição de Armários Especiais	Proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores	Sim	
Tratativas para instalação de Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal	Proporcionar melhores condições aos servidores dos diversos órgãos instalados no complexo do Setor Policial.	Parcialmente	Previsão de funcionamento prevista para abril/2006.
Reforma do Bloco “Q”	Adequar as instalações para o atendimento das demandas das diversas unidades da AEB, criando condições adequadas ao desenvolvimento e implementação de ações voltadas ao Programa Espacial Brasileiro.	Parcialmente	Conclusão prevista para março/2006.
Instalação de película (filme) de controle solar	Proteger os servidores da incidência dos raios UV, controlando também o calor e a claridade, tornando o ambiente mais agradável.	SIM	
Instalação de Sistema de Som no Auditório do Bloco “A”	Dotar a AEB de um sistema de Som mais eficiente.	SIM	
Aquisição de Mobiliário (Estofados e poltronas)	Suprir as necessidades da AEB	SIM	
Aquisição de Máquinas de reprografia	Reformulação dos serviços de reprografia	SIM	
Adequação de Leiaute das diversas unidades da AEB.	Adequar as instalações, para melhorar as condições de trabalho.	SIM	

2.8 – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-CRH

Com sua competência dirigida para planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com as políticas de recursos humanos, compreendidas as de administração de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, legislação e benefícios, em consonância com as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC, no exercício de 2005, a CRH registrou a execução das seguintes atividades:

- Atividades voltadas para a contratação de estagiários, junto ao CIEE;
- Atividades de Pessoal;
- Atividades de Assistência Médica/Plano de Saúde;
- Atividades relativas a Viagens a Serviço (Internas e Externas);
- Atividades de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento.



Entre as atividades acima arroladas merecem destaque os esforços despendidos pela Administração da AEB, no tocante à capacitação de pessoal, dado o considerável número de servidores contemplados com atividades de treinamento, traduzidas pela participação destes em conferências (inclusive internacionais), congressos, cursos diversos, encontros, seminários, fórum, palestras, além de outros eventos voltados para o aperfeiçoamento funcional.

3 – GABINETE

Compete ao Gabinete:

- I – assistir o Presidente da AEB em sua representação social e política;
- II – incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social, cooperação internacional, e auditoria interna;
- III – providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB;
- IV – acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

3.1 – COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A atividade de comunicação é estratégica no cenário de mundo globalizado. Nesse sentido, analisando e avaliando os processos de divulgação empreendidos em 2005, a AEB alcançou resultados bem promissores. Os objetivos planejados foram alcançados no tocante à expansão da visão e do conhecimento da sociedade sobre as ações do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenadas pela Agência.

A linha adotada pela Coordenação de Comunicação Social da AEB foi combinar ferramentas diversificadas com o objetivo de atingir os mais diferentes públicos. Assim, foram desenvolvidos instrumentos para ampliar a difusão de informações sobre as atividades espaciais no país por meio de publicações institucionais, realização de palestras, participação em eventos diversos, reformulação do visual e do conteúdo do site da internet, ampliação do leque de opções de notícias e sugestões de pauta à imprensa para divulgar matérias de interesse da área espacial. Também houve a realização de concurso de desenho, registro de imagens e vídeos, assessoramento a dirigentes e técnicos da AEB no trato com a mídia, objetivando melhorar o relacionamento com os diversos públicos da Agência.

Uma das ações mais expressivas de divulgação do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) foi a produção da Cartilha **O Menino Astronauta** e sua distribuição a aproximadamente um milhão de estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Técnico, bem como ao público visitante de exposições institucionais, autoridades governamentais e veículos da mídia nacional.

Destacam-se, também, como atividades mais expressivas do ano encerrado, a divulgação nacional e internacional da assinatura do contrato, em Moscou, para a realização da Missão Centenário, sobre o voo do Ten cel Av Marcos Pontes, para testar experimentos científicos de instituições científicas brasileiras na Estação Espacial Internacional - EEI.

Além disso, alcançou-se uma satisfatória repercussão na divulgação dos experimentos científicos que serão enviados a EEI, gerando mais de 70 matérias divulgadas pelos veículos de comunicação nacional, resultando em imagem favorável para a AEB.



3.2 – ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - ACI

À Assessoria de Cooperação Internacional compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviço e participar das negociações bilaterais e multi nacionais de interesse da área espacial.

Tendo em vista suas principais características, entre outras, os vultosos custos envolvidos nos projetos e a avançada tecnologia utilizada, a atividade espacial propicia e estimula a cooperação e as parcerias internacionais. A conjuntura mundial, vigente a partir do término da Guerra Fria, corrobora esse fato, na medida em que vem se verificando mais intensa colaboração entre os países e a implementação de projetos conjuntos de maior abrangência e significado, como é o caso da construção e operação da Estação Espacial Internacional – ISS, da qual participam dezesseis países.

No Brasil, a cooperação internacional teve papel relevante desde o surgimento da atividade espacial e ganhou importância ao longo de sua evolução. A AEB, a partir do momento de sua criação, em 1994, vem conferindo atenção e empenho especiais às parcerias internacionais, buscando em sua atuação nesse campo, entre outros objetivos, o incremento de sua capacitação tecnológica, inclusive do setor privado, com vistas ao atendimento das necessidades de nosso país. Nesse contexto, foram assinados Acordos-Quadro, de natureza intergovernamental, sobre cooperação para os usos pacíficos com oito países: China (novembro de 1994), Estados Unidos (março 1996), Argentina (abril de 1996), Rússia (novembro de 1997), França (novembro de 1997), Ucrânia (novembro de 1999), Agência Espacial Européia – ESA (fevereiro de 2002) e com a Índia (janeiro de 2004). Esses Acordos enfatizam a determinação dos signatários de cooperar no estratégico setor espacial e são geradores de novos instrumentos internacionais e iniciativas conjuntas.

No exercício de 2005 deu-se continuidade ao desenvolvimento dos projetos criados a partir das parcerias efetivadas, sendo merecedor de destaque singular a realização do contrato com a **RÚSSIA**, com vistas a viagem do astronauta brasileiro para a Estação Espacial Internacional.

3.3 – AUDITORIA INTERNA

De conformidade com as normas em vigor, compete à Auditoria Interna examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e especificamente:

- I – verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios acordos e ajustes firmados pela AEB;
- II – analisar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua aplicabilidade; e

III – promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

Durante o exercício de 2005, além das atividades institucionais desenvolvidas, cabe destacar a emissão de pareceres acerca da regularidade do Processo de Inventário e da Prestação de Contas relativa ao exercício de 2004.

Outra atividade merecedora de destaque diz respeito ao controle semanal dos créditos/recursos, destinados aos programas de Gestão e Administração, e de Capacitação.

4 – DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO - DTEL

A DTEL está estruturada em três Coordenações:

- I – Coordenação de Veículos Lançadores – CVL;
- II – Coordenação de Centros de Lançamento – CCL; e
- III – Coordenação de Normalização e Licenciamento – CNL.

I - Coordenação de Veículos Lançadores – CVL

Nas atividades executadas no decorrer do ano de 2005, destacam-se as de desenvolvimento dos Lançadores para Micro e Pequenos Satélites e Foguetes de Sondagem.

No segmento das atividades dos Veículos Lançadores de Micro e Pequeno Satélites, deu-se prosseguimento à execução do Convênio nº 004/1998, celebrado entre a AEB e o Centro Técnico Aeroespacial – CTA, que contempla a continuidade de qualificação de veículos lançadores de pequeno porte, por intermédio da fabricação, integração e ensaios, em solo e vôo, de protótipos dos veículos VLS-1 e VLM e de seus sistemas e subsistemas, além dos dispositivos e meios de solo para testes, fabricação e lançamento, bem como capacitar as equipes técnicas envolvidas para projetar, integrar e lançar veículos satelizadores e, ainda, dar suporte aos laboratórios científicos e tecnológicos envolvidos.

Após o acidente com o VLS-1 V03 e com o fechamento do Relatório do Acidente, a sequência das atividades do Convênio focou-se no recebimento de materiais e serviços, por existirem diversos compromissos contratados remanescentes de 2004 e em virtude de algumas empresas contratadas ainda não terem prontificado componentes do VLS, por esse motivo, o Convênio foi prorrogado até dezembro de 2005.

Em continuidade ao segmento das atividades dos Veículos Lançadores de Micro e Pequenos Satélites, foi celebrado, em 2004, entre a AEB e o CTA, o Convênio nº 005/2004, que objetiva dar continuidade ao Projeto VLS e à realização de estudos para implantação das recomendações provenientes da revisão crítica completa e do relatório da Comissão de Investigação do Acidente com o protótipo VLS-1-V03, com capacitação de recursos humanos e formação de equipes.

Tais ações foram efetivadas visando o lançamento do protótipo VLS-1-V04 e a realização de novos desenvolvimentos, envolvendo estudos, projeto, fabricação, integração, ensaios e análise de conformidade de protótipos de veículos, seus sistemas e subsistemas, englobando peças reservas ou experimentais, dispositivos associados e meios de solo, incluindo a recuperação e implementação de laboratórios e plantas industriais, cobrindo o ciclo completo desde a concepção e revisão do projeto de veículo até a análise de resultados de vôos.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a vertical line and a horizontal stroke.

No que tange à revisão crítica do projeto do VLS, o Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, contratou o *State Rocket Center* – SRC (Instituto Makeyev), sediado em Miass, Rússia, para executá-la. O relatório final sobre a revisão crítica foi entregue em março de 2005 e encontra-se em fase de análise no CTA/IAE.

A partir do exercício de 2005, a DPOA/AEB, seguindo as orientações da STN, passou a descentralizar créditos orçamentários sem a necessidade de Convênios, oportunidade em que foi implantando o Termo de Descentralização de Créditos (TDC), dessa forma os novos recursos para a Ação 6239 – Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites para atender ao Projeto do VLS, foram descentralizados sem que fosse firmado convênio. As metas constantes do TDC de 2005 são as mesmas constantes do supracitado Convênio nº 005/2004, com percentuais de execução satisfatórios.

No âmbito das atividades dos Foguetes de Sondagem, deu-se continuidade à execução do Convênio nº 003/2003, celebrado entre a AEB e o CTA, o qual contempla o desenvolvimento, fabricação e ensaio, em solo, de sistemas e subsistemas de foguetes de sondagem, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamentos, incluindo os lançamentos de protótipos e veículos operacionais, como os dos veículos Sonda II, Sonda III, Sonda IIIA, VS-30, VSB-30, VS-40 e VS-40A. No exercício, deu-se continuidade à fabricação dos foguetes de sondagem supracitados, bem como ao desenvolvimento de novos protótipos.

No âmbito das atividades relacionadas com a infra-estrutura para atender as atividades espaciais, deu-se continuidade à execução do Convênio nº 010/2004, celebrado entre a AEB e o CTA, o qual tem por objeto o funcionamento da infra-estrutura de apoio às atividades espaciais do CTA/IAE, visando a implantação, complementação, ampliação, modernização e a manutenção dos centros e laboratórios, não apenas de caráter operacional, mas também de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento contempladas no PNAE.

II - Coordenação de Centros de Lançamento – CCL

Com o objetivo de complementar e atualizar a infra-estrutura geral já existente nos Centros de Lançamentos de Alcântara – CLA e da Barreira do Inferno - CLBI, bem como capacitar tecnicamente seu pessoal, de modo a tornar aqueles centros operacionais para a prestação de serviços de lançamento de satélites, em bases comerciais, encontra-se em vigor convênios formalizados com o CLA, no exercício de 2004, tendo havido a descentralização de créditos por meio de TDC, objetivando dar continuidade ao desenvolvimento das atividades inerentes àqueles centros de lançamento, conforme previsto no PNAE.

No âmbito da CCL cabe destacar a Ação 2460- Funcionamento da Infra-estrutura de Apoio às Atividades Espaciais, a qual objetiva dar continuidade à manutenção e atualização dos sistemas operacionais e de apoio, tanto do CLA quanto do CLBI, bem como da infra-estrutura necessária à prestação de serviços de lançamento de engenhos espaciais oriundos do PNAE e de clientes potenciais. Os recursos desta ação para o exercício de 2005 foram totalmente descentralizados para o IAE, com o fito de contemplar as atividades abaixo:

- Manutenção da infra-estrutura operacional;
- Manutenção do sistema de trajetografia;
- Manutenção do sistema de meteorologia;
- Manutenção da infra-estrutura do setor de preparação e lançamento – SPL; e
- Manutenção dos sistemas de logística operacional.

De bom alvitre destacar, também, que quanto a Ação 7378 - Implantação do Sítio de Lançamento do Foguete Ciclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara (Acordo Brasil-Ucrânia), encontra-se encerrada, desde julho de 2005, a vigência do Convênio nº 008/03, firmado

Proc. 085/04
Fls. 19
Rub. PUE

entre a AEB e a INFRAERO, cujo objeto era “Elaborar a documentação necessária à implantação e operação do Complexo Terrestre do Cyclone-4 em Alcântara – MA”.

Das doze fases inicialmente previstas no convênio, foram excutadas, de forma parcial, apenas cinco. As justificativas para a execução parcial foram centradas no fato da mudança de interesse, por parte da INFRAERO, em participar da empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Os relatórios de Cumprimento do Objeto e de Execução Física-financeira foram apresentados pela conveniente e encontram-se sob exame.

Esta ação 7378, para o ano de 2006, deverá ser substituída pela ação “0B18 – Participação da União na Composição do Capital da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space -ACS (Acordo Brasil – Ucrânia)” de modo a possibilitar a União, através do MCT, participar da integralização do capital dessa binacional e, assim, permitir o início de sua operação no Brasil.

III - Coordenação de Normalização e Licenciamento – CNL

Historicamente, a indústria espacial brasileira sempre seguiu a metodologia da normalização, embora a reboque das normas técnicas desenvolvidas no exterior. De maneira geral as áreas tecnológicas vêm atualizando seus conhecimentos, reconhecendo e induzindo inovações em função da aplicação permanente de normas e padrões adequados, que expressem requisitos, capacidades e meios de verificação de conformidade coerentes, tanto por quem contrata, como por quem produz. Assim, a aplicação desta filosofia, trouxe benefícios, que influenciaram na capacitação industrial do país, ampliando, sobretudo, as oportunidades mercadológicas do setor espacial nacional.

Ações nesta direção têm se mostrado como um caminho adequado e econômico para o atendimento do novo paradigma econômico setorial, visto que a normalização, ao estabelecer definições técnicas por meio de procedimentos padronizados e reconhecidos pelos construtores, operadores e usuários, favorece a troca de informações, potencializando as atividades espaciais e a otimização dos recursos nela aplicados.

Ao mesmo tempo, a introdução de sistemas e metodologias de verificação de conformidade e certificação, baseadas em um acervo normativo reconhecido, contribui para a ampliação da qualidade e da segurança, potencializando os aspectos comerciais.

Verifica-se que, em função do uso sistemático do novo paradigma de avaliação, a área de normalização e certificação do setor espacial nacional será solicitada fortemente no futuro, identificando-se uma necessidade urgente de preparação e adequação do setor espacial brasileiro.

Face ao contexto espacial nacional e internacional, que acena para um crescimento das oportunidades comerciais e, conseqüentemente, para uma exigência crescente por normas e padrões de qualidade internacionalmente aceitos, requisitos básicos à inserção de nossa indústria espacial no mercado mundial, fica claro o papel relevante que vem sendo realizado através da ABNT CB08/SC001 – Subcomitê de Atividade Espacial, que justifica e reforça a necessidade de continuação deste trabalho.

Nas atividades da Coordenação de Normas e Licenciamento, em 2005, continua o esforço de completar a capacitação do Subcomitê de Atividade Espacial ABNT CB08/SC001 para se tornar o centro de referência para a atividade de normalização espacial no Brasil. Com a reestruturação o Subcomitê passou a ser aderente aos Subcomitês 13 e 14 do Comitê Técnico ISO TC20 – *Aircraft and Space Vehicles*, ou seja, a sua organização e seu plano de trabalho são coerentes com os dos respectivos grupos de trabalhos dentro da ISO, representando o Brasil nas atividades destes importantes fóruns internacionais de normalização espacial.



AEB/MCT
Proc. 085/06
Fis. 20
Pub. 11

Plano de Normalização Setorial

O desenvolvimento da atividade de normalização espacial no Brasil deve ser guiado por um planejamento que considere as tendências internacionais e as necessidades nacionais. A participação brasileira nos fóruns internacionais de normalização é a ferramenta para a adequação e atualização às tendências internacionais. As necessidades nacionais devem ser definidas por consenso dentro do fórum nacional de normalização espacial, o SC 001, com a participação da indústria nacional, do governo e dos outros membros da comunidade espacial. Esta definição deverá levar em consideração as necessidades da AEB, como agência do governo, com poder regulamentador e certificador, das necessidades da indústria, buscando competitividade e inserção no mercado globalizado, e as necessidades do público, relativas à qualidade dos produtos, serviços e segurança.

Proc. 085/06
Fls. 21
Rub. *Auf*

Estrutura Básica

Na estruturação do Subcomitê de Atividade Espacial foram criados o Secretariado e o Centro de Documentação e a Rede Brasileira de Informação para Normalização de Atividades Espaciais.

SCD – Secretariado e Centro de Documentação

O SCD – Secretariado e Centro de Documentação do SC001 encontra-se instalado fisicamente nas dependências do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - CTA/IFI, sendo o núcleo responsável pela catalogação, armazenagem, controle e distribuição de normas nacionais e internacionais de interesse para a atividade espacial.

Comissões de Estudos (CE)

As Comissões de Estudos se destinam às discussões técnicas especializadas, sendo compostas por especialistas de reconhecida competência em suas áreas de atuação, representando instituições atuantes na área espacial (INPE, CTA/IAE, AIAB, etc.) e empresas com interesses na área espacial (Embraer, Atech, Compsis, Neuron, etc.). São, ainda, responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho técnico de identificar e analisar normas nacionais e internacionais de interesse para a atividade espacial nacional, participando, quando possível, das atividades dos fóruns nacionais e internacionais de normalização.

As reuniões, realizadas em maio, junho, agosto e outubro de 2005 e as atividades das Comissões de Estudos do SC001, foram efetivadas visando:

- Internalizar as tendências internacionais na área de normalização espacial;
- Levantar as necessidades da comunidade espacial nacional, relativas à normalização;
- Buscar o consenso para a definição de um plano de normalização nacional para o setor espacial; e
- Buscar os meios de implantar o plano de normalização nacional para o setor espacial, previamente definido.

RBNAE – Rede Brasileira de Informações para Normalização de Atividades Espaciais

A RBNAE foi transferida das dependências do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para o CTA/IFI (<http://www.rbnae.ifi.cta.br>), sendo uma rede Extranet, com conexão a Internet, que permite acesso ilimitado às páginas que descrevem as atividades do SC001 e de suas CE. A RBNAE também permite acesso limitado, através de senha, aos bancos de dados de normas espaciais, através de ferramenta de *software* de busca e indexação, assim como aos

cf

trabalhos em andamento dentro das CE e dos Grupos de Trabalhos (WG) do ISO/TC20/SC14 e SC13.

Projetos de Normas ABNT

Foram registradas as seguintes normas:

NBR 15294, Sistemas espaciais – Umbilicais vôo-solo;
NBR 15295, Sistemas espaciais – Especificações funcionais e técnicas.

Foram enviados os seguintes projetos para registro ABNT NBR:

- 08:001.01-001, Sistemas espaciais – Vasos de pressão e estruturas pressurizadas – Projeto e operação;
08:001.03-003, Sistemas espaciais – Requisitos de segurança – Parte 3 – Sistemas de segurança de vôo;
08:001.03-004, Sistemas espaciais – Requisitos de segurança – Parte 1 – Segurança do sistema;
08:001.03-005, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 1: Vocabulário;
08:001.03-006, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 2: Níveis de limpeza;
08:001.03-007, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 3: Procedimentos analíticos para a determinação de contaminação de partícula e resíduos não voláteis;
08:001.03-008, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 4: Processos de limpeza bruta;
08:001.03-009, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 5: Processos de secagem;
08:001.03-010, Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido – Parte 6: Processos de limpeza de precisão.

15ª. Reunião Plenária ISO/TC20/SC14

Houve a participação da delegação brasileira composta pelo Ten. -Cel. George S. Fujita e pela Eng. Maria Alice Carneiro, ambos do CTA, nas reuniões dos WG e da plenária realizadas de 09 a 13 de Maio de 2005 nas instalações do CNES (Centre National D'Etudes Spatiales), em Toulouse, França.

Também, houve a participação da delegação brasileira composta pelo Ten. -Cel. George S. Fujita e Maj. -Av. Paulo Junzo Hirasawa (SC14) e pelo Dr. Eduardo W. Bergamini (SC13), nas reuniões ISO/TC20/SC13/SC14 conforme calendário abaixo:

Reunião	Local	Data
WG1	Köln/Germany	15-17/Nov
WG3	Köln/Germany	14-16/Nov
WG4	Köln/Germany	15-17/Nov
WG5	Köln/Germany	16-17/Nov
WG6	Köln/Germany	15-17/Nov
ODCWG	Köln/Germany	14-16/Nov
SC13	Reston, Virginia/USA	27/Oct



40ª Reunião Plenária do Comitê Técnico ISO/TC 20 “Aircraft and Space Vehicles”, da ISO.

Participação na 40ª Reunião Plenária do Comitê Técnico ISO/TC 20 “Aircraft and Space Vehicles”, da ISSO, realizada nos dias 07 e 08 de Junho de 2005 na AIA – Aerospace Industries Association of America, 1000 Wilson Boulevard Suite 1700 em Arlington, VA 22209-3901 USA.

O ISO/TC 20 “Aircraft and Space Vehicles” é um dos Comitês Técnicos, da ISO. Suas operações e realizações de atividades seguem os guias e regras para os Comitês da ISO. O seu Secretariado é exercido pela AIA – *Aerospace Industries Association of América*. Na reunião ficou decidido que a próxima reunião do ISSO/TC 20, será sediada pelo Brasil.

5 – DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Para o cumprimento de suas atribuições, a DPEI conta com as seguintes Coordenações:

- Coordenação de Políticas e Planos
- Coordenação de Programação e Avaliação
- Coordenação de Investimentos Estratégicos



GESTÃO DA POLÍTICA E DO PROGRAMA ESPACIAL

Seguindo as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (PNDAE), aprovadas pelo Decreto Nº 1.332/94, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) é o principal instrumento de planejamento, que orienta, por períodos de dez anos, as ações governamentais com o objetivo geral de capacitar o País para desenvolver e utilizar os recursos e tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira.

Com os trabalhos iniciados em 2004, quando se coletaram importantes subsídios juntos aos diversos segmentos da sociedade (governo, parlamentares, academia e indústria) envolvidos com a implementação das atividades espaciais, e da revisão do PNAE para o período de 2005 a 2014 foi plenamente concluída com a aprovação pelo Conselho Superior da AEB da proposta apresentada, na reunião realizada em janeiro de 2005.

Esta revisão incorporou novas visões estratégicas de desenvolvimento para o próximo decênio, focando as missões não só de observação da terra e científicas, como também as de meteorologia e telecomunicações. Incorporou também os investimentos necessários para esse novo período, não só para a modernização e atualização da infraestrutura espacial como também para os meios de acesso ao espaço.

A maior participação da indústria nacional no programa espacial é, também, uma outra importante vertente contemplada nesta revisão, devendo servir a mesma, de novo marco referencial para o redirecionamento das ações do programa espacial brasileiro.

A execução do PNAE em 2005 foi levada a cabo por um conjunto de 29 ações finalísticas, conforme o quadro objeto do **Anexo V**.

O ano de 2005 foi marcado pela centralização da quase 80 % dos recursos orçamentários das ações do PNAE na AEB, buscando com isso fortalecer o seu papel de órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), como o responsável pela coordenação geral da execução da política espacial.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a vertical line and a horizontal stroke.

Colimado com este mesmo objetivo maior – de desenvolver e promover a maior capacidade de gestão da AEB – a DPEI, em assessoramento direto ao Gerente do Programa no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, coordenou a implementação de uma nova concepção de estrutura e metodologia de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do PNAE/PPA, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233 / 2004, que dispõe sobre as normas para a gestão do PPA 2004-2007.

Como resultado, foi implantado na AEB de um novo procedimento de gerenciamento, centrado na figura dos coordenadores de ação, com atribuições e responsabilidades definidas, bem como elaborado um plano gerencial, que identifica os principais resultados a serem alcançados em cada uma das ações do PPA/PNAE, e traça estratégias de ação em vista da consecução destas metas.

A importância do desenvolvimento dessas atividades de gestão, de forma sistemática e contínua, deixa evidenciada a necessidade da existência de um quadro próprio de pessoal na AEB.

No tocante aos recursos orçamentários, o PNAE foi marcado no exercício de 2005 com um novo e expressivo aumento no seu orçamento - da ordem de 35% em relação ao executado em 2004, passando a dispor de um total de R\$ 233 milhões, sendo que o executado em 2004 e 2003 foi da ordem de R\$ 172,5 milhões e de R\$ 74,3 milhões, respectivamente.

O PNAE tem como seus principais beneficiários o próprio Governo, contribuindo o programa para o aperfeiçoamento da capacidade governamental no campo da formulação e implementação das políticas públicas; a indústria, para o aumento da sua capacitação técnica-tecnológica e geração de empregos de alta qualificação; as universidades, para a geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos e a população em geral, para a melhoria da qualidade de vida.

Os indicadores definidos para a avaliação dos resultados do Programa no período do PPA 2004-2007 são os seguintes:

a) Capacitação em novas tecnologias espaciais.

Fórmula de Cálculo: Número de novas tecnologias (produtos e processos) geradas no âmbito das ações do PNAE, durante o período do PPA.

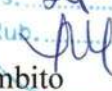
b) Taxa de Participação da Indústria Nacional no Desenvolvimento das Atividades Espaciais. Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre os contratos industriais de fornecimento, por empresas nacionais, de produtos ou serviços para o programa espacial que apresentem claro conteúdo de capacitação industrial ou de qualificação de fornecedor, e o dispêndio total do programa.

Além desses indicadores, a avaliação da execução do PNAE se faz também através do Conselho Superior da AEB, constituído por representantes governamentais de diversos Ministérios, além dos segmentos da indústria nacional e da comunidade científica.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PNAE

Revisão do VLS – Programa Cruzeiro do Sul

Estão em andamento normal as atividades relativas à Revisão Crítica do Projeto VLS-1, em cooperação com especialistas do State Rocket Center – SRC (Instituto Makeyev) Rússia, e à implantação das Recomendações do Relatório do Acidente com o VLS.

AEB/MCT
Proc. 085/01
Fls. 24
Rub. 



Em resposta ao estabelecido pelo PNAE, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, DEPED/ComAer, apresentou o Programa Cruzeiro do Sul, para desenvolvimento da nova geração de veículos lançadores de satélite, de médio e grande porte.

Proc. 085/c
Fls. 25
Rub. Jul

Foguetes de Sondagem – Lançamento do VSB-30

O foguete de sondagem VSB-30 foi lançado com sucesso em 1º/12/05 a partir do Centro de Lançamento de Kiruna, na Suécia, às 7h04 no horário de Brasília (DF), em voo destinado à realização de experimentos em microgravidade.

O lançamento resultou de um convênio entre a AEB, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/CTA) e a Agência Espacial Alemã (DLR). O sucesso desse lançamento ampliará as oportunidades comerciais de exportação desses veículos, para atender os programas de microgravidade de outros países.

Distribuição de Imagens do CBERS

Foram distribuídas mais de 150 mil cenas CBERS, desde a implantação da Política de Distribuição de Imagens CBERS, em meados de 2004. As imagens são oferecidas sem custo, favorecendo o crescimento do mercado de sensoriamento remoto no país. Mais de 5 mil instituições, entre órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa e ONGs, além da iniciativa privada, utilizaram gratuitamente as imagens do satélite sino-brasileiro. A iniciativa satisfaz os usuários de dados de sensoriamento remoto, ao mesmo tempo em que também promove a inclusão social e aproxima a sociedade do programa espacial, comprovando o sucesso da política de distribuição de dados do governo federal.

Programa CBERS

Em 2005 foi iniciado o desenvolvimento dos satélites CBERS-2B, 3 e 4, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que contratou, junto à indústria nacional, subsistemas sob responsabilidade brasileira (potência, estrutura, transmissão de dados e cargas úteis). Entre eles, cabe ressaltar as câmeras MUX (20 metros) e WFI (campo largo), cujo desenvolvimento capacitará o país na área de ótica espacial.

Acordo com Rússia – Missão Centenário

Em comemoração aos 100 anos do voo do 14-bis, a AEB assinou contrato com a Agência Espacial Russa, para possibilitar o treinamento e voo do astronauta brasileiro à Estação Espacial Internacional, em 2006, levando experimentos brasileiros. As pesquisas selecionadas envolvem a busca de novos conhecimentos científicos e tecnológicos principalmente em engenharia, física, microeletrônica, nanotecnologia e biotecnologia. Entre eles, estão experimentos científicos de estudantes do ensino fundamental (7ª. e 8ª. séries) que participaram do Programa AEB-Escola.

Constituição da JVC - Alcântara Cyclone Space

Foi finalizada a proposta de decreto que regulamenta a Alcântara Cyclone Space, empresa binacional Brasil-Ucrânia para a exploração comercial e pacífica do Centro Espacial de Alcântara (CEA)/ Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, como base de lançamento de satélites a partir dos foguetes ucranianos Cyclone-4.

Projeto de Desenvolvimento de Sistemas de Navegação Inercial

O PNAE contou com importante apoio financeiro dos Fundos Setoriais, ao ter o seu projeto de desenvolvimento de sistemas de navegação inercial aprovado com recursos da ordem de R\$ 7 milhões. Os sistemas de navegação inercial constituem, até hoje, em um dos principais

CF

gargalos tecnológicos do PNAE, exigindo ainda significativos investimentos e esforços de desenvolvimento com vistas ao seu domínio pelo País.

PROJETOS/PROGRAMAS ESPECIAIS

Programa AEB-Escola

Após a realização da experiência piloto em uma escola do DF, o Programa AEB-Escola teve suas ações expandidas para outras escolas do Distrito Federal, por meio de ações de formação continuada de professores e atividades nas escolas tais como exposições, palestras e oficinas tendo alcançado, direta ou indiretamente, em torno de 60 mil estudantes. Além disso, o programa participou de diversos eventos, entre os quais destacam-se a reunião anual da SBPC, a Semana Nacional de C&T e do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, promovido pela UNESCO. Também apoiou a VIII Olimpíada Brasileira de Astronomia e de Astronáutica (OBA), da qual participaram 187 mil estudantes de todo o país, e coordenou a 1ª Jornada Espacial da qual participaram os vencedores da OBA e seus professores.

Desenvolvimento Sustentável do Município de Alcântara-MA

Representando a AEB, a DPEI participou dos diversos trabalhos promovidos pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), criado pelo Decreto de 27/08/2004, com a finalidade de articular, viabilizar, propor e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara, de modo a propiciar as condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais e o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e sócio-culturais. Os trabalhos do GEI encerraram-se em agosto de 2005, com a conclusão e assinatura de um amplo Acordo de Cooperação Técnica, envolvendo 21 ministérios, o Governo do MA, a Prefeitura de Alcântara e a AEB, com o objetivo de promover e implementar um conjunto de 72 ações, no valor total de R\$ 28 milhões, destinadas ao desenvolvimento sustentável do município de Alcântara.

A DPEI participou também, como representante da AEB, do Subgrupo de Trabalho, criado pelo GEI, com o propósito de promover a regularização fundiária e ambiental e de moradia em Alcântara. O plano de trabalho, aprovado pelo GEI em julho de 2005, vem sendo executado, tendo o Sub-grupo promovido diversas reuniões com a comunidade local com o objetivo de esclarecer à comunidade o projeto de implantação do Centro Espacial de Alcântara, bem como o de delimitação do território dos quilombolas.

O projeto de cooperação técnica, decorrente de acordo firmado com o PNUD em novembro de 2002, destinado a apoiar, de forma complementar, o desenvolvimento sustentável do município de Alcântara, com previsão de encerramento para o primeiro semestre de 2006, quando deverá estar concluído o último projeto contratado, que visa o levantamento socioeconômico das famílias localizadas na área de expansão, projetada para a implantação dos sítios comerciais de lançamento.

ESTUDOS E ANÁLISES DESENVOLVIDOS

Projeto Piloto de Investimento (CLA e Sítio do Cyclone)

Considerados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) como possíveis candidatos a Projetos Pilotos de Investimento (PPI) da categoria RP3, que teriam recursos de investimento assegurados e continuados em 2006, a DPEI elaborou e preparou todo detalhamento do projeto de complementação da infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como do sítio de lançamento do Foguete Cyclone, acompanhado de estudo sobre a viabilidade econômica desses empreendimentos. Apesar desse esforço, o projeto



apresentado não foi posteriormente considerado para este tipo de finalidade, visto que o MCT não deverá ter seus recursos contingenciados em 2006.

Relatório do Estudo de Pré-Viabilidade do Centro Espacial de Alcântara (CEA)

Em cumprimento à Lei 10.993/2004, que trata dos projetos de grande vulto, a DPEI elaborou e encaminhou à Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) um relatório de pré-viabilidade sobre a Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA. O relatório aborda os aspectos organizacionais do CEA, analisa o mercado mundial de lançadores e apresenta uma análise sócio-econômica do empreendimento, abordando os benefícios, impactos ambientais e retornos financeiros esperados.

Revisão da Política Industrial

Uma das resultantes decorrentes da última revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE foi a detecção da necessidade de formulação de uma Política Industrial, específica para o setor, visando incentivar o desenvolvimento e a maior participação da indústria nacional, que hoje é composta de micro e pequenas empresas, no Programa Espacial Brasileiro. Dessa forma, procurando atender uma das diretrizes do PNAE, a DPEI iniciou um amplo estudo técnico prospectivo visando a formulação da Política Industrial Setorial, que deverá prever os instrumentos passíveis de serem adotados para um maior envolvimento da indústria nacional junto ao Programa Espacial Brasileiro.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Copuos

A DPEI, representando a AEB, participou da reunião do Sub-comitê Técnico-Científico do COPUOS (Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior), em Viena, Áustria, entre os dias 21 e 25 de fevereiro de 2005, onde foram relatadas as principais atividades em curso, entre elas, o Tratado com a Ucrânia, o Memorando de Entendimento com a Rússia, e os acordos recém assinados para desenvolvimento dos satélites CBERS 2B, 3 e 4 em parceria com a China. Também foram relatadas as iniciativas em Cursos de Sensoriamento Remoto, Ciências Espaciais e Meteorologia ocorridos em 2004, no âmbito do CRECTEALC, além dos resultados relativos à política de distribuição gratuita de imagens CBERS no Brasil.

Foram realizados, ainda, contactos com as comitivas dos EUA, Argentina, ESA, além de discussões com a delegação chinesa quanto à possível participação dos dois países na International Charter for Disaster Management que já reúne as seguintes agências: ESA, CNES (França), CSA (Canadá), ISRO (Índia), JAXA (Japão), NOAA (EUA), e CONAE (Argentina).

Congresso Astronáutico Internacional (IAC)

A Agência Espacial Brasileira foi representada pela DPEI, em Fukuoka, Japão, entre os dias 17 e 21 de outubro de 2005, no Congresso Astronáutico Internacional (IAC) organizado pela Federação Astronáutica Internacional (IAF), durante o qual ocorreu a Assembléia Geral do IAF.

Seminário - Tecnologias de Satélites Aplicadas aos Programas do Governo

Promovido pela Secretaria de Administração da Casa Civil e o Comitê-Gestor de Segurança da Informação da Presidência da República, a DPEI participou no dia 08 de junho de 2005 do Seminário - Tecnologias de Satélites Aplicadas aos Programas do Governo, quando foram apresentadas e discutidas as tecnologias de comunicação via satélites em apoio à implementação de diversos programas de governo, tais como: inclusão digital, inclusão social, defesa e segurança.

Proc. 085/0
Fls. 27
Rub. 14

Seminário Internacional sobre Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica - Off-Set

Promovido pelo MRE, MDIC, MCT e MS, a DPEI participou do evento em questão, realizado no período de 04 a 05 de outubro de 2005, quando teve a oportunidade de tomar conhecimento sobre a prática do "off-set" adotada por outros países como instrumento de ação política e estratégica de desenvolvimento.

3ª Conferência Nacional de C&T e Inovação

Realizado no período de 24 a 27 de outubro de 2005 a DPEI participou da 3ª Conferência Nacional de C&T e Inovação, tendo o programa espacial sido um dos pontos de discussão, dentro do tema de "Áreas de Interesse Nacional".

6 – DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Programa Sino-Brasileiro

O satélite CBERS-2 completou dois anos de operação neste ano. Devido a uma anomalia ocorrida em abril de 2005 que causou a perda de uma das duas baterias, o satélite tem operado de forma limitada, com apenas a câmera CCD em funcionamento. Os outros sistemas da carga útil foram desativados, com vistas a preservar a vida útil do satélite. Não obstante, como a CCD é a câmera de maior utilização pelos usuários, praticamente não tem havido solução de continuidade em projetos e aplicações que demandam os dados desse satélite.

Para reduzir a probabilidade de interrupção do serviço, foi acelerada a construção do satélite CBERS-2B, semelhante ao CBERS-1 e 2 e utilizando equipamentos reserva desses satélites, porém com uma câmera pancromática de alta resolução no lugar da câmera imageadora de infravermelho.

~~Como parte das comemorações dos dois anos do programa CBERS, foi realizado em~~

um Seminário de Aplicações, com cerca de 150 participantes. Os resultados significativos de aplicações nas áreas de agricultura, zoológica, monitoramento e arrecadação fiscal, educação e

Os ministérios nacionais tiveram oportunidade de apresentar o impacto que o programa tem em suas atividades. Estiveram presentes: a Petrobrás, Secretarias de Meio Ambiente, E. Embrapa, CEFET e empresas de geotecnologias. Ainda como parte das comemorações, foi feita uma exposição de imagens e produzido um conjunto de material gráfico do programa mais conhecido do grande público.

Para melhorar a qualidade das imagens CBERS, foi realizada uma campanha de calibração radiométrica da câmera CCD, no deserto de Gobi, na China. Também foram discutidos com os parceiros chineses os mecanismos de minimizar distorções e melhorar a qualidade geométrica das imagens.

No decorrer do programa, houve progresso nas atividades relacionadas aos testes e refinamentos das configurações de subsistemas e, via contratos, aquisição dos satélites e dos equipamentos de testes dos subsistemas.

Em conexão com a difusão do programa CBERS, a contínua busca de maior interação com os usuários têm resultado numa ampliação



São José dos Campos, no INPE. Neste Seminário foram apresentadas as aplicações do programa em meio ambiente, exploração geológica e gerenciamento territorial.

Importantes organizações do programa vem tendo em suas atividades o apoio do Ministério do Meio Ambiente, INCRA, IBAMA, IBGE. Como parte das comemorações, foi feita uma exposição didática, com o fim de tornar o programa mais conhecido do grande público.

Com vistas a avaliar a operação conjunta Brasil-China para o programa na China e, depois, na Bahia, no Rio de Janeiro, os mecanismos de minimizar distorções e melhorar a qualidade geométrica das imagens.

Na continuidade do programa, os satélites CBERS-3 e 4, através de acordos com indústrias, do início da fabricação dos componentes mecânicos e elétricos.

As atividades relacionadas com a melhoria de seus produtos, e a

significativa do uso das imagens produzidas por esse programa. Um dos indicadores mais significativos do impacto positivo do programa na sociedade brasileira são os mais de 14.000 usuários, as mais de 1.500 instituições cadastradas e as mais de 160.000 imagens distribuídas desde o seu lançamento.



Desenvolvimento da Plataforma Multimissão

Os resultados das Revisões Críticas de Projeto (CDR's) dos vários subsistemas da Plataforma Multimissão - PMM, conduziram à necessidade de realizar, dentro do Contrato com o Consórcio PMM, constituído pelas empresas Atech, Mectron, Fibraforte e Cenic, serviços adicionais de desenvolvimento, sem alteração do objeto contratual. Dessa forma, foi estabelecida uma nova sequência de eventos com adequação do cronograma de realização, objetivando atingir o desempenho especificado para a Plataforma e incorporando inovações tecnológicas.

Face à definição e contratação de parte dos equipamentos do subsistema de Controle de Atitude e Processamento de Dados – ACDH, notadamente atuadores e sensores, foi redefinido o leiaute do sistema e feitas as compatibilizações de arquitetura elétrica e mecânica necessárias. Foram também feitos estudos de alternativas para o desenvolvimento desde a concepção até a utilização do subsistema de ACDH, levando à elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o subsistema, contemplando as possíveis estratégias a serem adotadas.

Projeto MAPSAR

O projeto MAPSAR contempla o desenvolvimento de um radar orbital leve de abertura sintética (Light SAR) pelo INPE em cooperação com o DLR – Deutsches Zentrum für Luft - und Raumfahrt, da Alemanha. As equipes deram continuidade ao estudo de viabilidade desse sensor, com vistas à utilização da Plataforma Multimissão como módulo de serviço, e realizaram-se quatro reuniões técnicas bilaterais, duas no Brasil e duas na Alemanha, entre as equipes envolvidas.

Foram atualizados as características e os requisitos dos equipamentos e do subsistema da carga útil, além de identificar os possíveis fornecedores. Está em fase final o estado de definição do leiaute em função das interfaces com a PMM e de integração do refletor a ser utilizado como parte da antena. Um modelo mecânico de demonstração do refletor desdobrável já se encontra em fabricação.

Foram realizadas campanhas de vôo objetivando produzir imagens simuladas do sistema na área de Agricultura, Estudos Costeiros, Óleo, Geologia, Hidrologia e Estudo da Floresta. Foi utilizada como plataforma a aeronave R99B do SIPAM/SIVAM. Foram imageadas oito áreas no território nacional em um total de aproximadamente 170 horas. Os dados gerados estão em processamento, sendo que os primeiros produtos simulados estão sendo distribuídos aos usuários para avaliação.

Paralelamente ao MAPSAR, foram feitos estudos iniciais para a concepção de radares ativos baseados em plataformas de maior porte.

Operação das Plataformas de Coleta de Dados

As atividades executadas continuaram prioritariamente concentradas na manutenção do sistema, na aquisição de equipamentos, bem como no desenvolvimento de novos equipamentos, incluindo uma estação banda S de baixo custo. Foram também alocados recursos para manutenção de plataformas de coleta de dados do INPE.

Foi realizado um “workshop” nas instalações do INPE, reunindo as equipes de operação e de manutenção do sistema, as equipes de desenvolvimento e usuários do sistema para avaliar e discutir novas ações de melhoria do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais.

Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte

Dando continuidade ao programa de desenvolvimento de microssatélites tecnológicos em universidades brasileiras (Satélite Universitário), foi organizado o Projeto ITASAT, em cooperação com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, e foram definidos os subsistemas do satélite a cargo dessa instituição, assim como seus coordenadores.

Como parte da formação de recursos humanos, foram implementados Auxílio Financeiro a Estudantes, apresentadas palestras por pesquisadores da Universidade de Aalborg, Dinamarca, sobre satélites do tipo Cubesat e SSETIExpress, e oferecido um curso sobre Projeto e Análise de Missões Espaciais, ministrado pelo prof. James Wertz.

Foram iniciados estudos de configuração e análise de subsistemas do satélite e identificadas especialidades de engenharia não cobertas pelo ITA, resultando em contatos com outras entidades de ensino, particularmente a Universidade de Brasília - UnB e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. A evolução desse programa deverá ficar registrada no seguinte endereço <http://www.itasat.ita.br>.

Planejamento Estratégico

Como parte do planejamento estratégico na área de tecnologias espaciais, a AEB firmou assinou um contrato com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a elaboração de um “roadmap” de microtecnologias emergentes e nanotecnologia aplicadas ao setor espacial.

07 – AUDITORIA EXTERNA

No exercício de 2005 foi realizada auditoria ordinária, de gestão, pelos técnicos da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, os quais procederam ao levantamento dos dados e informações que subsidiaram a avaliação da gestão desta AEB, no exercício de 2004.

Os técnicos envolvidos na Auditoria de Avaliação da Gestão de 2004 elaboraram o Relatório nº 160093, sem data, encaminhado a esta AEB por meio do Ofício nº 090/2005 – AECI/MCT, de 06.07.2005, que também informou acerca da emissão de Certificado de Auditoria, considerando **REGULAR COM RESSALVAS** a gestão dos recursos colocados à disposição desta Entidade, resultado que, preliminarmente, não considerou as explicações fornecidas e a documentação comprobatória da seriedade da administração desta Casa no que concerne à observação dos princípios constitucionais da moralidade administrativa, da legalidade e da eficiência, entre outros.

A Irresignabilidade com o resultado dos trabalhos ensejou a expedição do Ofício nº 240/GAB-AEB/2005, de 05/08/2005, encaminhado ao Senhor Secretário Federal de Controle Interno, cujo remate cabe integral transcrição, porque auto-explicativo:

“Diante do exposto, patente a injustiça cometida pela equipe de auditoria dessa Secretaria Federal de Controle Interno, quando da certificação da auditoria, uma vez que as supostas impropriedades levantadas, como visto, não são suficientes para deslustrar uma administração voltada para o cumprimento dos preceitos legais e estatutários, até porque comprometida, sob todos os aspectos, com a transparência dos seus atos”.

08 - INDICADORES



Descrição dos Indicadores

Os indicadores definidos para a avaliação dos resultados do Programa no período do PPA 2004-2007 são os seguintes:

Capacitação em novas tecnologias espaciais.

Fórmula de Cálculo: Número de novas tecnologias (produtos e processos) geradas no âmbito das ações do PNAE, durante o período do PPA;

Taxa de Participação da Indústria Nacional no Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre os contratos industriais de fornecimento, por empresas nacionais, de produtos ou serviços para o programa espacial que apresentem claro conteúdo de capacitação industrial ou de qualificação de fornecedor, e o dispêndio total do programa;

Quantidade de Usuários de Bens e Serviços do Programa.

Fórmula de Cálculo: Somatório do número absoluto de usuários dos bens e serviços gerados no âmbito das ações do programa no ano.

Além desses indicadores, a avaliação da execução do PNAE se faz também através do Conselho Superior da AEB, constituído por representantes governamentais de diversos Ministérios, além dos segmentos da indústria nacional e da comunidade científica.

09 – INDICADORES DE GESTÃO

EFICIÊNCIA

A boa gestão dos insumos é que vai medir o grau de eficiência de um órgão em comparação com as disponibilidades dos seus recursos tecnológicos, logísticos, financeiros, materiais e dos seus talentos e conhecimentos humanos. A eficiência é fazer as coisas de maneira adequada; resolver problemas; salvaguardar os recursos aplicados; cumprir seu dever; e reduzir os custos dos processos. Estas observações compõem o arcabouço ideal para que um órgão cumpra de maneira eficiente suas atribuições. Neste sentido, cumprindo as determinações legais estabelecidas no item III do art. 11 do Decreto nº 4.718, de 04.06.2003, que resguarda para a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA a competência para o cumprimento das diretrizes do referido diploma legal.

A AEB cumpriu fielmente suas competências, dando ao seu corpo funcional todos os direitos a que faz jus. A eficiência na esmerada aplicação dos recursos pode ser medida na comparação entre o programado e o executado, haja vista que o órgão procurou na execução do orçamento aplicar o conceito da eficiência no planejamento da despesa pública.

A AEB entende que cumpriu o seu dever dentro dos critérios adotados para medir o grau de eficiência institucional voltados para o seu corpo funcional, pois, conta com servidores de vários órgãos da Administração Pública Federal, trazendo cada um, uma experiência em suas áreas, contribuindo dessa forma para o aprimoramento do processo administrativo da instituição.

A eficiência institucional voltada para a sociedade pode ser avaliada pela execução dos programas estratégicos previstos no orçamento, todos compatíveis com a política determinada pelo governo, para o setor. A sinergia concentrada pelos órgãos responsáveis pela execução desses

programas demonstra o grau de eficiência da AEB em coordenar um programa complexo como é a atividade espacial. A resolução dos problemas evidencia a eficiência administrativa da AEB em procurar salvaguardar os interesses nacionais.



EFICÁCIA

A eficácia na aplicação dos recursos públicos pode ser mensurada pela eficiência na aplicação dos insumos disponíveis pela Instituição. A eficácia é: fazer as coisas certas; produzir alternativas criativas; maximizar a utilização de recursos; obter resultados satisfatórios com o menor custo. A entidade neste exercício maximizou a utilização dos créditos disponíveis para execução. Outra peculiaridade deste indicador é o grau de flexibilidade e adaptabilidade da Instituição frente às dificuldades advindas do cenário externo.

A AEB integra em conjunto com outros órgãos da Administração Pública Federal o cenário macro das oportunidades e ameaças que compõem o ambiente. Com uma atitude pró-ativa, o órgão supera as ameaças e consegue a partir de ações eficazes administrar as dificuldades como: contenção do orçamento, redução dos investimentos, limitações financeiras, atualização tecnológica e quadro reduzido de talentos e conhecimentos humanos. A eficácia neste caso poderá ser medida pela flexibilidade e adaptabilidade do órgão frente a estas dificuldades percorridas, haja vista que o cenário externo influencia as ações internas dos órgãos que compõem a Administração Pública Federal.

Esse indicador demonstra a seriedade da Instituição frente às dificuldades impostas pelo cenário externo e que, com uma gestão inovadora pôde superar as ambigüidades que compõem o ambiente público, privado e global.

EFETIVIDADE

A AEB desde a sua criação vem se mantendo efetiva dentro do cenário espacial brasileiro e global. A entidade ao longo da sua criação vem coordenando constantemente seus colaboradores para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo PNAE.

Esse indicador demonstra a longevidade do órgão e a sua manutenção no cenário para o qual foi criado. O programa espacial no cenário global necessita de órgãos específicos para interagir com seus congêneres do setor. A AEB vem ano a ano sedimentando sua atuação no cenário mundial. Pode-se atestar pelo conteúdo do presente relatório, que as atividades desenvolvidas pela entidade neste exercício e em exercícios anteriores corroboram para a sua efetividade no cenário macro-ambiental.

Assim, ao longo de sua criação, a AEB vem apresentando resultados globais positivos que atestam sua capacidade para permanecer frente aos desafios que, porventura surjam nessa caminhada rumo ao futuro.

EQÜIDADE e ECONOMICIDADE

Não há se falar em equidade como indicador de gestão porquanto, a esta Agência, incumbe a busca incessante para, a partir das políticas determinadas pelo governo, políticas essas conformes com o contexto internacional, no pertinente ao desenvolvimento das atividades espaciais, com a adequação dos recursos disponibilizados, permitir ao país inserção no mercado aeroespacial não apenas como mero consumidor de serviços, mas, também, como produtor desses serviços.

Da mesma forma é despidiendo trazer à tona a economicidade como indicador de gestão quando patente ser a sobrevivência das organizações seja no mercado interno seja no externo, devida, sobretudo, à maximização dos recursos existentes, como, aliás, já se demonstrou ao longo do presente Relatório, ao se colocar de maneira absolutamente transparente a execução orçamentária financeira da AEB.



10 - RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

Foram considerados satisfatórios os resultados alcançados no presente exercício, notadamente quanto às ações desenvolvidas no âmbito das unidades que compõem a estrutura básica desta Agência.

Em cumprimento às disposições legais vigentes, a documentação comprobatória das operações realizadas no exercício está arquivada nesta Diretoria, para o exame de competência dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Ao Senhor Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB, para apreciação do presente Relatório de Gestão.

Brasília-DF, 14 de março de 2006.

AGNALDO DE SOUSA BARBOSA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração

Aprovo.

À Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração para providenciar a juntada do presente Relatório ao Processo de Prestação de Contas de 2005, bem como, a remessa do mesmo ao Órgão de Controle Interno.

Brasília-DF, 14 de março de 2006.

SÉRGIO MAURÍCIO DE BRITO GAUDENZI
Presidente da AEB

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS – 2005

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	Cód. Ação	ORÇAMENTO APROVADO					
		ORÇAMENTO INICIAL	Crédito Suplementar			ORÇAMENTO FINAL	VAR %
			Nov	Dez	Canc		
			[A]	[B]	[C]		
ADMINISTRAÇÃO DA AEB		7.661.278,00	316.667,00	2.737,89	105.737,89	7.874.945,00	102,79%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.609.797,00	216.667,00	,00	3.000,00	2.823.464,00	108,19%
Pagamento de Pensões	0181	116.514,00	,00	,00	,00	116.514,00	100,00%
Assistência Médica	2004	47.460,00	,00	,00	,00	47.460,00	100,00%
Assistência Pré-escolar	2010	6.500,00	,00	,00	,00	6.500,00	100,00%
Auxílio-transporte	2011	56.000,00	,00	,00	3.000,00	53.000,00	94,64%
Auxílio-alimentação	2012	95.000,00	3.000,00	,00	,00	98.000,00	103,16%
Contribuição Fundo Pensão	09HB	200.000,00	2.465,00			202.465,00	101,23%
Gestão e Adm. Programa – Pessoal	2272	2.088.323,00	211.202,00	,00	,00	2.299.525,00	110,11%
OUTROS CUSTEIOS		5.051.481,00	100.000,00	2.737,89	102.737,89	5.051.481,00	100,00%
Gestão e Adm. Programa – Custeio	2272	4.142.431,00	,00	2.737,89	100.000,00	4.045.168,89	97,65%
Gestão e Adm. Programa – Contrib.	2272	402.550,00	100.000,00	,00	2.737,89	499.812,11	124,16%
Gestão e Adm. Programa – Invest.	2272	500.000,00	,00	,00	,00	500.000,00	100,00%
Contribuição à FIA	0489	6.500,00	,00	,00	,00	6.500,00	100,00%



UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	Cód. Ação	ORÇAMENTO APROVADO					
		CRÉDITO INICIAL	Crédito Suplementar			CRÉDITO APROVADO	VAR %
			Nov	Dez	Canc		
			[A]	[B]	[C]		
AÇÕES FINALÍSTICAS		215.415.000,00	,00	,00	29.769.650,00	185.645.350,00	86,18%
Apoio a Projetos de Pesquisa	001W	1.449.790,00	,00	,00	,00	1.449.790,00	100,00%
Desenv. De Produtos e Proc.	4959	475.000,00				475.000,00	100,00%
Pesquisa e Desenv. Produtos	6704	957.000,00				957.000,00	100,00%
Rec. da Torre Móvel de Integ. Do VLS	10V6	7.650.000,00	,00	,00	,00	7.650.000,00	100,00%
Funcionamento da Infra-estrutura	2460	1.800.000,00	,00	,00	,00	1.800.000,00	100,00%
Participação Brasileira na ISS	3488	5.826.000,00	,00	,00	,00	5.826.000,00	100,00%
Complementação da Infra-estrutura	3704	37.000.000,00	,00	,00	15.500.000,00	21.500.000,00	58,11%
Certificação de Sist. E Produtos	4667	100.000,00	,00	,00	,00	100.000,00	100,00%
Desenv. e Lanç. De Sat. de Peq. P	4934	1.680.000,00	,00	,00	,00	1.680.000,00	100,00%
Operação Plat. Coleta de Dados	4935	1.050.000,00	,00	,00	,00	1.050.000,00	100,00%
Desenv. E Lanç. De Satélites	6238	17.006.500,00	,00	,00	,00	17.006.500,00	100,00%
Desenv. De Veículos Lançadores	6239	27.885.560,00	,00	,00	5.400.000,00	22.485.560,00	80,64%
Desenv. Lançadores de Foguetes	6240	1.013.000,00	,00	,00	,00	1.013.000,00	100,00%
Imp. do Sítio Lanç. Foguete Cyclone	7378	8.869.650,00	,00	,00	8.869.650,00	,00	0,00%
Capacitação Espacial do Setor	2592	100.000,00				100.000,00	100,00%
Manutenção da Infra-estrutura de Apoio	2253	5.810.000,00				5.810.000,00	100,00%
Desenv. De Experimentos	2462	1.360.000,00				1.360.000,00	100,00%
Participação Brasileira no CBERS	3463	78.122.500,00				78.122.500,00	100,00%
Pesquisa e Desenv. Em Tecnologia	4183	5.450.000,00				5.450.000,00	100,00%
Recepção Imagem e Ge. de Prod.	4195	4.965.000,00				4.965.000,00	100,00%
Desenv. Do Seguimento de Aplicação	4958	1.060.000,00				1.060.000,00	100,00%
Desenv. E Lanç. De Satélites	6254	5.785.000,00				5.785.000,00	100,00%

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	Cód. Ação	ORÇAMENTO APROVADO					
		CRÉDITO INICIAL	Crédito Suplementar			CRÉDITO APROVADO	VAR %
			Nov	Dez	Canc		
			[A]	[B]	[C]		
AÇÕES FINALÍSTICAS		2.385.000,00	10.900.000,00	,00	,00	13.285.000,00	457,02%
Formação de Astronautas	6260	1.050.000,00	10.900.000,00	,00		11.950.000,00	1.138,10%
Func. Do Centro Regional de E	2061	330.000,00				330.000,00	0,00%
Func. Do Centro Regional de E	2061	20.000,00				20.000,00	0,00%
Func. Do Centro Regional Sul	6237	885.000,00				885.000,00	0,00%
Func. Do Centro Regional Sul	6237	100.000,00	,00	,00	,00	100.000,00	0,00%
TOTAL ORÇAMENTO DA AEB		225.461.278,00	11.216.667,00	2.737,89	29.875.387,89	206.805.295,00	91,73%

Fonte: Siafi

Em, 31/12/05



Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO DE 2005 Em, 31/12/05

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	CÓD. DA AÇÃO	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO							
		LEI + CRÉDITOS	EMPENHADO		SALDO	LIQUIDADO		A PAGAR = RAP	
			VALOR	%		VALOR	%	VALOR	%
A	F	G= F/D	H = D – F	I	J = I / F	K = F – I	L= K / F		
ADMINISTRAÇÃO DA AEB		7.874.945,00	7.771.721,54	98,69%	103.223,46	7.227.142,56	92,99%	544.578,98	7,01%
PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS		2.823.464,00	2.723.476,49	96,46%	99.987,51	2.723.476,49	100,00%	0,00	0,00%
Pagamento de Pensões	0181	116.514,00	76.149,95	65,36%	40.364,05	76.149,95	100,00%	0,00	0,00%
Assistência Médica	2004	47.460,00	23.721,05	49,98%	23.738,95	23.721,05	100,00%	0,00	0,00%
Assistência Pré-escolar	2010	6.500,00	2.850,00	43,85%	3.650,00	2.850,00	100,00%	0,00	0,00%
Auxílio-transporte	2011	53.000,00	31.031,34	58,55%	21.968,66	31.031,34	100,00%	0,00	0,00%
Auxílio-alimentação	2012	98.000,00	94.094,20	96,01%	3.905,80	94.094,20	100,00%	0,00	0,00%
Contribuição Fundo Pensão	09HB	202.465,00	196.595,80	97,10%	5.869,20	196.595,80	100,00%	0,00	0,00%
Gestão e Adm. Programa – Pessoal	2272	2.299.525,00	2.299.034,15	99,98%	490,85	2.299.034,15	100,00%	0,00	0,00%
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL		5.051.481,00	5.048.245,05	99,94%	3.235,95	4.503.666,07	89,21%	544.578,98	10,79%
Gestão e Adm. Programa – Custeio	2272	4.045.168,89	4.043.356,89	99,96%	1.812,00	3.579.767,91	88,53%	463.588,98	11,47%
Gestão e Adm. Programa – Contrib.	2272	499.812,11	499.812,11	100,00%	0,00	429.812,11	85,99%	70.000,00	14,01%
Gestão e Adm. Programa – Invest.	2272	500.000,00	499.881,06	99,98%	118,94	488.891,06	97,80%	10.990,00	2,20%
Contribuição à FIA	0489	6.500,00	5.194,99	79,92%	1.305,01	5.194,99	100,00%	0,00	0,00%

AEB/MCT
085/06
Fis. 37
Rubrica 400

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	CÓD. DA AÇÃO	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO							
		APROVADO	EMPENHADO		SALDO	LIQUIDADO		A PAGAR = RAP	
			VALOR	%		VALOR	%	VALOR	%
			A	F		G= F/D	H = D – F	I	J = I / F
AÇÕES FINALÍSTICAS		198.930.350,00	198.022.201,52	99,54%	908.148,48	164.682.071,28	83,16%	33.340.130,24	16,84%
Apoio a Projetos de Pesquisa	001W	1.449.790,00	1.449.790,00	100,00%	0,00	1.449.790,00	100,00%	0,00	0,00%
Desenv. De Produtos e Proc.	4959	475.000,00	450.696,87	94,88%	24.303,13	240.946,04	53,46%	209.750,83	46,54%
Pesquisa e Desenv. Produtos	6704	957.000,00	944.120,63	98,65%	12.879,37	944.120,63	100,00%	0,00	0,00%
Rec. da Torre Móvel de Integ. Do VLS	10V6	7.650.000,00	7.650.000,00	100,00%	0,00	7.650.000,00	100,00%	0,00	0,00%
Funcionamento da Infra-estrutura	2460	1.800.000,00	1.797.712,00	99,87%	2.288,00	1.797.712,00	100,00%	0,00	0,00%
Participação Brasileira na ISS	3488	5.826.000,00	5.626.000,00	96,57%	200.000,00	5.626.000,00	100,00%	0,00	0,00%
Complementação da Infra-estrutura	3704	21.500.000,00	21.494.984,36	99,98%	5.015,64	21.494.984,36	100,00%	0,00	0,00%
Certificação de Sist. E Produtos	4667	100.000,00	100.000,00	100,00%	0,00	100.000,00	100,00%	0,00	0,00%
Desenv. e Lanç. de Sat. de Peq. Porte	4934	1.680.000,00	1.580.175,46	94,06%	99.824,54	824.976,91	52,21%	755.198,55	47,79%
Operação das Plat. Coleta de Dados	4935	1.050.000,00	731.815,78	69,70%	318.184,22	161.344,67	22,05%	570.471,11	77,95%
Desenv. e Lanç. De Satélites	6238	17.006.500,00	17.004.560,84	99,99%	1.939,16	15.707.598,82	92,37%	1.296.962,02	7,63%
Desenv. De Veículos Lançadores	6239	22.485.560,00	22.444.955,49	99,82%	40.604,51	22.444.955,49	100,00%	0,00	0,00%
Desenv. Lançadores de Foguetes	6240	1.013.000,00	1.011.778,10	99,88%	1.221,90	1.011.778,10	100,00%	0,00	0,00%
Capacitação Espacial do Setor	2595	100.000,00	92.889,98	92,89%	7.110,02	92.889,98	100,00%	0,00	0,00%
Manut. Da Infra-estrutura de Apoio	2253	5.810.000,00	5.809.583,23	99,99%	416,77	3.674.605,13	63,25%	2.134.978,10	36,75%
Desenv. De Experimentos	2462	1.360.000,00	1.360.000,00	100,00%	0,00	724.870,57	53,30%	635.129,43	46,70%
Participação Brasileira no CBERS	3463	78.122.500,00	78.033.829,57	99,89%	88.670,43	56.787.512,99	72,77%	21.246.316,58	27,23%
Pesquisa e Desenv. Em Tecnologia	4183	5.450.000,00	5.445.859,36	99,92%	4.140,64	2.598.285,53	47,71%	2.847.573,83	52,29%
Recepção Imagem e Ger. De Prod.	4195	4.965.000,00	4.864.348,73	97,97%	100.651,27	2.365.831,27	48,64%	2.498.517,46	51,36%
Desenv. Do Seguimento de Aplicação	4958	1.060.000,00	1.060.000,00	100,00%	0,00	597.600,96	56,38%	462.399,04	43,62%
Desenv. E Lanç. De Satélites	6254	5.785.000,00	5.784.266,93	99,99%	733,07	5.346.237,09	92,43%	438.029,84	7,57%

AEB/MCT
 Prod. 08/10
 Fis. 38
 Rub. 04

UNIDADE/PROGRAMA/AÇÃO 24.205 - AEB	CÓD. DA AÇÃO	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO							
		LEI + CRÉDITOS	EMPENHADO		SALDO	LIQUIDADO		A PAGAR = RAP	
			VALOR	%		VALOR	%	VALOR	%
		A	F	G= F/D	H = D - F	I	J = I / F	K = F - I	L= K / F
Formação de Astronautas	6260	11.950.000,00	11.950.000,00	100,00%	0,00	11.950.000,00	100,00%	0,00	0,00%
Func. Do Centro Regional de E	2061	350.000,00	350.000,00	100,00%	0,00	337.861,80	96,53%	12.138,20	3,47%
Func. Do Centro Regional Sul	6237	985.000,00	984.834,19	99,98%	165,81	752.168,94	76,38%	232.665,25	23,62%
TOTAL ORÇAMENTO DA AEB		206.805.295,00	205.793.923,06	99,51%	1.011.371,94	171.909.213,84	83,53%	33.884.709,22	16,47%

Fonte: Siafi

Em, 31/12/05



CONTROLE DAS DESCENTRALIZAÇÕES/CONVÊNIOS – 2005

DESCENTRALIZAÇÃO				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EXECUÇÃO FINANCEIRA		
ÓRGÃO	PROJ/PTRES	PROJETO/ATIVIDADE	FONTE	VALOR DESCENT.	DESPESA EMP.	SALDO ORÇ. NA U.G.	% EMP.	LIBERADO ATÉ DEZ	DESPESA LIQUIDADADA	% PAGO
CTA	2460 – 252212	FUNCIONAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	0100	1.408.412,00	1.408.412,00	0	100,00%	8.513,00	1.408.412,00	100,00%
	4667 – 968094	CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS E PRODUTOS	0100	100.000,00	100.000,00	0	100,00%	76.347,99	100.000,00	100,00%
	6239 – 968092	DESENVOLV. DE VEÍCULOS LANÇ. DE SATÉLITES	0100	22.444.955,49	22.444.955,49	0	100,00%	11.085.173,36	22.444.955,49	100,00%
	6240 – 968093	DESENVOLV. LANÇ. FOGUETES SONDAGEM	0100	1.011.778,10	1.011.778,10	0	100,00%	560.129,08	1.011.778,10	100,00%
	6704 – 976656	PESQUISA E DESENV. EM TECNOLOGIAS	0100	944.120,63	944.120,63	0	100,00%	199.837,57	944.120,63	100,00%
	TOTAL DESCENTRALIZADO CTA			25.909.266,22	25.909.266,22	0	100,00%	11.930.001,00	25.909.266,22	100,00%
CLA	3704 – 968088	COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	0100	18.102.436,52	18.102.436,52	0	100,00%	14.102.436,52	18.102.436,52	100,00%
CLBI	3704 – 968088	COMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	0100	3.392.547,84	3.392.547,84	0	100,00%	3.392.547,84	3.392.547,84	100,00%
MCT	3463 – 979525	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO CBERS	0100	10.000.000,00	10.000.000,00	0	100,00%	0,00	10.000.000,00	100,00%
INPE	2272 – 963970	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0100	24.249,06	22.437,06	1.812	92,53%	22.437,06	22.437,06	92,53%
	2061 – 979521	FUNC. DO CENTRO REGIONAL SUL EDUCAÇÃO	0100	350.000,00	350.000,00	0	100,00%	337.861,80	337.861,80	96,53%
	2253 – 979523	MANUT. DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	0100	5.810.000,00	5.809.583,23	417	99,99%	3.648.894,87	3.674.605,13	63,25%
	2462 – 979524	DESENVOLVIMENTO DE EXPERIMENTOS	0100	1.360.000,00	1.360.000,00	0	100,00%	716.910,77	724.870,57	53,30%
	3463 – 979525	PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO CBERS	0100	68.122.500,00	68.033.829,57	88.670	99,87%	47.322.204,35	46.787.512,99	68,68%
	4183 – 979526	PESQUISA E DESENV. EM TECNOLOGIAS	0100	5.450.000,00	5.445.859,36	4.141	99,92%	2.576.872,84	2.598.285,53	47,67%
	4195 – 979527	RECEPÇÃO DE IMAGEM E GERAÇÃO P.	0100	4.965.000,00	4.864.348,73	100.651	97,97%	2.359.396,47	2.365.831,27	47,65%
	4934 – 968089	DESENVOLV. E LANÇAMENTO DE SATÉLITES	0100	1.390.000,00	1.290.175,46	99.825	92,82%	621.234,32	621.976,91	44,75%
	4935 – 968090	OPERAÇÃO PLATAFORMA COLETA DE DADOS	0100	1.050.000,00	731.815,78	318.184	69,70%	159.595,97	161.344,67	15,37%
	4958 – 979528	DESENVOLV. DO SEGUIMENTO DE APLICAÇÕES	0100	1.060.000,00	1.060.000,00	0	100,00%	597.600,96	597.600,96	56,38%
	4959 – 976655	DESENVOLV. DE PRODUTOS E PROCESSOS	0100	475.000,00	450.696,87	24.303	94,88%	240.868,06	240.946,04	50,73%
	6237 – 979529	FUNC. DO CENTRO REGIONAL SUL PESQUISAS	0100	985.000,00	984.834,19	166	99,98%	752.168,84	752.168,94	76,36%
	6238 – 968091	DESENVOLV. E LANÇAMENTO DE SATÉLITES	0100	4.663.240,14	4.662.387,16	853	99,98%	3.365.425,14	3.365.425,14	72,17%
	6254 – 979531	DESENVOLV. E LANÇAMENTO DE SATÉLITES	0100	5.785.000,00	5.784.266,93	733	99,99%	5.346.257,68	5.346.237,09	92,42%
	TOTAL DESCENTRALIZADO INPE			101.489.989,20	100.850.234,34	639.755	99,37%	68.067.729,13	67.597.104,10	66,60%
TOTAL DAS DESCENTRALIZAÇÕES				158.894.239,78	158.254.484,92	639.754,86	99,60%	97.492.714,49	125.001.354,68	78,67%
CONVÊNIOS FIRMADOS										
Funcate	001W – 976654	APOIO A PROJETO DE PESQUISAS	0100	1.449.790,00	1.449.790,00	0	100,00%	1.449.790,00	1.449.790,00	100,00%
Funcate	2460 – 252212	FUNCIONAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA	0100	322.000,00	322.000,00	0	100,00%	322.000,00	322.000,00	100,00%
Funcate	2272 – 963970	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0100	330.000,00	330.000,00	0	100,00%	330.000,00	330.000,00	100,00%
CIEE	2272 – 963970	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	0100	69.812,11	69.812,11	0	100,00%	69.812,11	69.813,11	100,00%
FINEP	10V6 – 975082	REC. DA TORRE MÓVEL DE INT. VLS	0100	7.650.000,00	7.650.000,00	0	100,00%	7.650.000,00	7.650.000,00	100,00%
TOTAL DOS CONVÊNIOS - CELEBRADOS				9.821.602,11	9.821.602,11	0,00	100,00%	9.821.602,11	9.821.603,11	100,00%
TOTAL GERAL				168.715.841,89	168.076.087,03	639.754,86	99,62%	107.314.316,60	134.822.957,79	79,91%

CONVÊNIOS CELEBRADOS NO EEXERCÍCIO DE 2005

CONVÊNIO	CÓDIGO SIAFI /PROCESSO	BENEFICIÁRIO/ CGC	OBJETO DA AVENÇA	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAPARTIDA	ASSINATURA/ PUBLICAÇÃO/ VIGÊNCIA	SITUAÇÃO DA AVENÇA
019/2000	403453 617/00	Centro de Integração Empresa-Escola CIEE 61.600.839/0001-55	Realização de estágios para estuda- ntes de nível superior e médio por intermédio do CIEE.	298.468,00	89.160,00		07.12.2000 11.12.2000 31.12.2006	Prestação de contas de 2005 aprovada, objetivos Alcançados
012/2004	511074 446/04	Fundação de Ciências Aplicações e Tecnolo- gias espaciais FUNCATE 51.619.104/0001-10	Viabilizar experimentos científicos e tecnológicos nacionais em ambiente de microgravidade com a utilização de foguetes de sondagem, selecionados em função do 2º anúncio de oportunidades	850.000,00	400.000,00	40.000,00	14.10.2004 15.10.2004 30.06.2006	Apresentou prestação de Contas de parte da 1ª parcela. Aprovada
013/2004	511075 447/04	Fundação de Ciências Aplicações e Tecnolo- gias espaciais FUNCATE 51.619.104/0001-10	Viabilizar a execução de projetos de pes- quisa e/ou desenvolvimento no âmbito do programa UNIESPAÇO -AO-01/2004.	1.250.000,00	700.000,00	70.000,00	14.10.2004 15.10.2004 30.11.2006	Apresentou prestação de Parte da 1ª parcela. Aprovada
015/2004	517883 518/04	Financiadora de Estudos e Projetos FINEP 33.749.086/0001-09	Reconstrução da Torre Móvel de Lança- mento do VLS.	30.000.000,00	7.650.000,00		30.12.2004 31.12.2004 31.12.2007	Ainda não apresentou Prestação de contas
001/2005	523382 079/05	Fundação de Ciências Aplicações e Tecnolo- gias espaciais FUNCATE 51.619.104/0001-10	Desenv. Ações cooperativas em áreas Técnicas especializadas não disponí- veis no âmbito da AEB	322.000,00	322.000,00	32.200,00	18.05.2005 06.06.2005 30.06.2006	Ainda não apresentou Prestação de contas

Rubrica
 085/06
 41

TRANSFERÊN	524469 155/05	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnolo- gias espaciais FUNCATE 51.619.104/0001-10	Viabilizar a participação brasileira no GPM – por meio do Núcleo Brasileiro do Programa de Precipitação Global.	349.790,00	349.790,00	34.970,00	08.07.2005 11.07.2005 31.05.2008	Ainda não apresentou Prestação de contas
003/2005	535295	Fundação de Ciências Aplicações e Tecnolo- gias espaciais FUNCATE 51.619.104/0001-10	Apoiar o desenvolvimento e dissemina- ções do programa aeb escola para es- colas de ensino fundamental e medio do país, por meio da formação de profes- sores e material didático sobre temas aeb escola, produção e realização de ex- posições interativas, paletas e oficinas	330.000,00	330.000,00	36.700,00	23.12.2005 26.12.2005 31.12.2007	Ainda não apresentou Prestação de contas



ANEXO V

COD.	AÇÕES FINALISTICAS DO PNAE	Órgão Executor
	APLICAÇÕES ESPACIAIS	
4195	Recepção de Imagens e Geração de Produtos de Satélites	AEB
4935	Operação das Plataformas de Coletas de Dados	AEB
4958	Desenv do Segmento de Aplicações do Satélite Sino-Brasileiro (CBERS)	AEB
	SATÉLITES	
2462	Desenvolvimento de Experimentos e Equipamentos Embarcados	AEB
3463	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro (CBERS)	AEB
4934	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites Tecnológicos de Pequeno Porte	AEB
6238	Desenvolvimento e Lançamento de Satélites de Aplicação	AEB
6254	Desenv e Lançamento de Satélites de Sensoriamento Remoto com Imageador Radar	AEB
	ESTAÇÃO ESPACIAL INTERNACIONAL (ISS)	
3488	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS	AEB
6260	Formação de Astronauta	AEB
	VEÍCULOS LANÇADORES	
6239	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites	AEB
6240	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes de Sondagem	AEB
10V6	Reconstrução da Torre Móvel de Integração do Sítio do VLS	AEB



	INFRA-ESTRUTURA ESPACIAL	
2253	Manutenção da Infra-Estrutura de Apoio a Satélites	AEB
2460	Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais	AEB
3704	Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara	AEB
4424	Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara	DEPED
6237	Funcionamento do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais	AEB
7299	Construção de Terminal Portuário na Base de Alcântara	MT
7378	Implant do Sítio de Lançamento do Foguete Cyclone no CLA (Acordo Brasil-Ucrânia)	AEB
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	
4183	P&D em Tecnologias, Ciências e Aplicações Espaciais no INPE	AEB
4933	Apoio a Projetos de P&D no Setor Espacial	AEB
4959	Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores para o Setor Espacial	AEB
	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE R.H.	
2061	Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe	AEB
2207	Capacitação de Recursos para o Setor Espacial (CT-Espacial)	FNDCT
2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	DEPED
	CAPACITAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO	
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial)	FNDCT
4667	Certificação de Sistemas e Produtos Espaciais	AEB

